

Exame da OCC de 03 de Março de 2018

Versão A

PARTE I – VERSÃO A

A S. Pereira & Associados - Assessoria de Gestão, Lda. (S. Pereira, Lda.) é uma sociedade por quotas cujo período de tributação coincide com o ano civil.

A S. Pereira, Lda. mantém, desde a data de constituição, os mesmos três sócios: Salomão Pereira (Contabilista Certificado), Américo Andrade e Bernardo Barreiros. Os três conhecem-se desde jovens e apesar de terem obtido diferentes licenciaturas (respetivamente, Gestão de Empresas, Informática de Gestão e Engenharia Eletrotécnica) decidiram constituir a S. Pereira, Lda. há cerca de 15 anos para a prestação de serviços nas áreas de Informática, Elaboração de Projetos de Investimento, Contabilidade, Recursos Humanos (processamento salarial) e Assessoria de Gestão. A S. Pereira, Lda. tem por objeto social a “prestação de serviços de consultoria para os negócios e a gestão”.

O capital social da S. Pereira, Lda. divide-se em três quotas, cada uma com o valor nominal de 2.000 euros. Todos os sócios são gerentes da sociedade e a S. Pereira, Lda. não está sujeita a certificação legal de contas.

O total do balanço da S. Pereira, Lda. nunca ultrapassou 450.000 € e a faturação anual - relativa à prestação de serviços – sempre se situou abaixo de 200.000 € (excluindo o IVA), embora a partir de 2016 se tenha verificado tendência para um incremento mais acentuado do volume de negócios. Entre os clientes da S. Pereira, Lda., encontram-se sociedades muito diferentes, em setores de atividade diversos, tais como a PZF, Lda., a 24H Assiste, Lda., a Compauto - Componentes para Automóveis, S.A. (abreviadamente, Compauto, S.A.) e a Brindoferta, Lda.

A S. Pereira, Lda. opera num escritório arrendado na Av. 5 de Outubro, em Lisboa, capital do único distrito onde tem desenvolvido atividade e emprega três colaboradores que estão ao serviço da sociedade desde 2007. Uma delas - Manuela Mota - é Contabilista Certificada (CC).

Recentemente, no processamento da contabilidade da PZF, Lda. - empresa a quem a S. Pereira, Lda. presta serviços em regime de avença - verificou-se que um cheque enviado à PZF, Lda. por um seu cliente – o Senhor Santos Sousa - para liquidação da dívida relativa à última venda que a empresa lhe efetuou, foi depositado no Banco do Centro, que o contabilizou corretamente, por 3.600 €. Aconteceu que Manuela Mota registou o depósito na contabilidade da PZF, Lda. nas contas adequadas e respeitando o método das partidas dobradas, mas por um valor incorreto. Quando procedeu à reconciliação bancária, Manuela Mota, a CC da PZF, Lda. deu pelo erro e

corrigiu-o imediatamente, tendo debitado a conta 211 Clientes, c/c e creditado a subconta de 12 Depósitos à ordem, pelo montante de 2.700 €.

Questão 1 – O registo inicial incorretamente efetuado na contabilidade da PZF, Lda. na data em que depositou o cheque foi:

- a) Débito: subconta de 12 Depósitos à ordem; Crédito: 211 Clientes, c/c; Montante: 6.300 €.
- b) Débito: 211 Clientes, c/c; Crédito: subconta de 12 Depósitos à ordem; Montante: 6.300 €.
- c) Débito: subconta de 12 Depósitos à ordem; Crédito: 211 Clientes, c/c; Montante: 900 €.
- d) Débito: 211 Clientes, c/c; Crédito: subconta de 12 Depósitos à ordem; Montante: 900 €.

FINANCEIRA	Tema: Caixa e Depósitos Bancários			
Observações				
Aquando do pagamento da fatura pelo seu cliente no valor de 3.600€, deveria ter sido registado a crédito na conta 211 – clientes c/c, por contrapartida da conta depósitos a ordem. Deste modo, para corrigir o erro, temos de fazer o lançamento descrito acima e acrescentar mais 2.700€ (no total fica 3.600+2.700 = 6.300€), por forma a anular o lançamento incorreto a débito da conta 211 e a crédito da conta 12.				
A resposta correta à pergunta deverá ser...	A	B	C	D
	X			

Em 2017 os sócios da PZF, Lda. aprovaram um aumento de capital, tendo o sócio Fernando Miguel entregue um imóvel para realizar o capital que subscreveu.

QUESTÃO 2 - No tocante a tributação, o aumento de capital da PZF, Lda. realizado em 2017 através da entrega de um imóvel:

- a) Por se tratar de uma transmissão a título gratuito, está sujeita a imposto do selo da verba 1.2 da TGIS.
- b) Está isenta de tributação em imposto do selo porque é tributada em IRC e só assim se evita a dupla tributação.
- c) Em sede de IRC, constitui uma variação patrimonial não tributada.
- d) Em sede de IRC, constitui uma variação patrimonial tributada.

FISCALIDADE	Tema: IRC - Aumento de Capital
Observações: Artigo 21º nº1 e) IRC e Artigo 1º nº5 e) IS	
Pode-se ler no art.21º do IRC o seguinte: 1 - Concorrem ainda para a formação do lucro tributável as variações patrimoniais positivas não refletidas no resultado líquido do período de tributação, exceto: e) O aumento do capital próprio da sociedade beneficiária decorrente de operações de fusão, cisão, entrada de ativos ou permuta de partes sociais, com exclusão da componente que	

corresponder à anulação das partes de capital detidas por esta nas sociedades fundidas ou cindidas.

Pode-se ler ainda no art.1º do IS o seguinte:

5 - Para efeitos da verba 1.2 da tabela geral, não são sujeitas a imposto do selo as seguintes transmissões gratuitas:

e) Transmissões a favor de sujeitos passivos de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas, ainda que dele isentas.

	A	B	C	D
A resposta correta à pergunta deverá ser...			X	

Manuela Mota é também CC de um outro cliente, uma sociedade alemã (sujeito passivo de IVA naquele país) que, pretendendo constituir uma participada a localizar em Faro ou Lisboa, contratou os serviços da S. Pereira, Lda., a quem solicitou um parecer no sentido de saber qual o enquadramento fiscal de uma sociedade participada a constituir em Portugal.

QUESTÃO 3 - Em sede de IVA, os honorários respeitantes ao serviço de consultoria prestado em Lisboa pela contabilista Manuela Mota à empresa alemã sua cliente:

- a) São tributados em Portugal.
- b) São tributados na Alemanha.
- c) São tributados em Portugal e na Alemanha.
- d) Não são tributados, se for acionada a convenção sobre dupla tributação celebrada entre os dois países.

FISCALIDADE	Tema: IVA – Localização de Operações			
Observações: Artigo 6º nº6 a) (à contrário) IVA e Ofício nº30115 de 29/12/2009 das Finanças				
Como o prestador é um sujeito passivo nacional e o adquirente é um sujeito passivo comunitário, logo os honorários são tributados no lugar da sede, estabelecimento estável ou domicílio do adquirente.				
A resposta correta à pergunta deverá ser...	A	B	C	D
		X		

Manuela Mota tem residência fiscal em Lisboa e é proprietária de um imóvel que se encontra arrendado desde 2016, situado também em Lisboa. Referentemente a este imóvel, Manuela Mota pagou 240 € de IMI em 2017. Ao preencher e confirmar a Modelo 3 de IRS de 2017, já em 2018, tem dúvidas sobre se poderá deduzir o valor do IMI no âmbito do IRS de 2017.

QUESTÃO 4 - O IMI pago pela Manuela Mota em 2017 relativamente ao imóvel arrendado de que é proprietária:

- a) Não tem relevância na liquidação do IRS de 2017.
- b) É dedutível à coleta do IRS de 2017.
- c) Poderá ser dedutível no cálculo de eventual mais-valia no momento em que se proceder à alienação do imóvel.
- d) É dedutível ao rendimento da categoria F, pois o imóvel está arrendado.

FISCALIDADE	Tema: IRS/IMI			
Observações: Artigo 135º I nº 1 a) IMI e Artigo 41º nº5 IRS				
A resposta correta à pergunta deverá ser...	A	B	C	D
				X

Manuela Mota, 42 anos, foi mãe de trigêmeos no final de 2016 e pretende acompanhar devidamente o crescimento dos filhos. O seu marido, pai dos filhos, goza de uma situação profissional estável, que proporciona o desafogo económico e financeira razoável, mas muito movimentada, com viagens longas e frequentes. Por isso, os dois concordaram em que a Manuela pedisse a suspensão da inscrição na Ordem, o que a CC viria a fazer, por carta registada que foi recebida na Ordem em 6 de janeiro de 2018.

QUESTÃO 5 - Manuela Mota, membro da OCC cuja inscrição se encontra suspensa a pedido da própria, poderá voltar a requerer a reinscrição na Ordem, mas:

- a) O conselho diretivo não autorizará o pedido de reinscrição se se pretender pôr termo a uma segunda suspensão voluntária.
- b) Terá necessariamente de submeter-se ao exame de avaliação profissional quando quiser obter a reinscrição.
- c) Se o requerimento a solicitar a reinscrição demonstrar que, no decurso da suspensão, a CC exerceu funções em matérias inerentes ao exercício da profissão de contabilista certificado, poderá não ter de se submeter ao exame de avaliação profissional.
- d) Só poderá obter a reinscrição após terem decorrido quatro anos desde a data em que a suspensão da inscrição foi recebida na Ordem.

MEP	Tema: Reinscrição na OCC após o cancelamento Voluntário			
Observações: Artigo 24º nº3 EOCC				
A resposta correta à pergunta deverá ser...	A	B	C	D
			X	

Em Janeiro de 2015, a S. Pereira, Lda. adquiriu uma máquina para uma finalidade específica, a que corresponde, nas tabelas anexas ao Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro, uma taxa de depreciação de 20%. Esta máquina, cujo valor de aquisição foi 60.000€, tem sido depreciada pelo método das quotas decrescentes e encontra-se mensurada com base no custo.

QUESTÃO 6 - Na S. Pereira, Lda. a quota anual de depreciação da máquina em 2018 deverá ascender a:

- a) 5.184€.
- b) 6.480€.
- c) 8.640€.
- d) 12.000€.

FINANCEIRA/FISCALIDADE	Tema: AFT – Depreciações			
Observações: Artigo 31º nº 4 b) do IRC				
Anos = $100/20 = 5$				
Taxa de Depreciação = $20\% \times 2 = 40\%$				
<u>Quotas Decrescentes</u>				
2015 – $60.000 \times 40\% = 24.000\text{€}$				
$60.000 - 24.000 = 36.000\text{€}$				
2016 – $36.000 \times 40\% = 14.400\text{€}$				
$36.000 - 14.400 = 21.600\text{€}$				
2017 – $21.600 \times 40\% = 8.640\text{€}$				
$21.600 - 8.640 = 12.960\text{€}$				
<u>Quota Crescente</u>				
Pega-se na última depreciação feita em 2017.				
$12.960/2 = 6.480\text{€}$				
Quota Decrescente < Quota Crescente sendo esta última superior à quota mínima, passou a adotar-se a quota constante até ao final da vida útil.				
A resposta correta à pergunta deverá ser...	A	B	C	D
		X		

O balancete auxiliar reportado ao final de novembro de 2017 da conta 243 – Estado e Outros Entes Públicos – Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), da 24H Assiste, Lda. - uma outra empresa a quem a S. Pereira, Lda. também presta serviços de contabilidade - evidenciava os saldos que se mostram no quadro a seguir.

Código	Descrição	Saldos Devedores	Saldos Credores
243	Imposto sobre o Valor Acrescentado	32.000€	40.500€
2432	IVA - Dedutível	25.000€	
2433	IVA - Liquidado		40.000€
24341	IVA – Regularizações a Favor do Estado		x
24342	IVA – Regularizações a Favor da Empresa	2.000€	
2437	IVA – A Recuperar (de Outubro de N)	5.000€	

QUESTÃO 7 - A operação que pode ter originado o crédito na subconta ‘24341 IVA - Regularizações a favor do Estado’ identificado por ‘X’ no extracto do balancete acima poderá ter sido:

- a) Um desconto concedido a um cliente, cujo IVA ascendeu a 2 500 €.
- b) Uma devolução de mercadorias a um fornecedor cujo IVA ascendeu a 500 €.
- c) Uma devolução de vendas de mercadorias cujo IVA ascendeu a 500 €.
- d) A anulação de adiantamento de um cliente cujo IVA ascendeu a 500 €.

FINANCEIRA	Tema: IVA - Regularizações				
Observações:					
Nota Importante: Há uma gralha nesta pergunta feita pela OCC, que na verdade a conta 24342 a crédito é o IVA – Regularizações a Favor do Estado e a conta 24341 a débito é o IVA – Regularizações a Favor da Empresa. $40.500 - 40.000 = 500€$ A operação que originou o crédito na subconta 24342 – IVA-Regularizações a favor do Estado foi uma devolução de mercadorias a um fornecedor. A resposta c) só estaria correta se tivesse originado um débito na conta 24341 – IVA-Regularizações a favor da empresa.					
A resposta correta à pergunta deverá ser...		A	B	C	D
			X		

A S. Pereira, Lda. cessou em 31 de dezembro de 2017 a prestação de serviços de contabilidade à 24H Assiste, Lda. Ao cessar funções, a S. Pereira, Lda. terá de devolver os livros e a restante documentação contabilística à sociedade.

QUESTÃO 8 - Após a cessação de funções, a S. Pereira, Lda.:

- a) Deverá entregar à empresa toda a documentação que tem em seu poder no prazo de 90 dias.
- b) Deverá entregar à empresa as declarações fiscais e demais anexos, todos os mapas, extratos, registos e respetivos documentos de suporte.
- c) Poderá reter a documentação da sociedade enquanto existirem créditos a haver decorrentes da relação contratual que agora se extinguiu.
- d) Informará os clientes e os fornecedores da empresa onde cessou as funções acerca desse facto.

MEP	Tema: Devolução de Documentação			
Observações: Artigo 15º CDOCC				
A resposta correta à pergunta deverá ser...	A	B	C	D
		X		

Um outro cliente da S. Pereira Lda. é a Compauto - Componentes para Automóveis, S.A. (abreviadamente, Compauto, S.A.) empresa industrial localizada em Palmela e que tem como único cliente uma conhecida fábrica de automóveis também ali localizada.

A Compauto, S.A. fabrica a peça ABC. Os custos de produção totais constantes da ordem de produção n.º 2017/12B, relativa ao fabrico de 8.000 peças ABC ascendiam, no final de 2017, a 180.000 €. A Administração da Compauto, S.A. definiu que os defeitos normais possam atingir um por cento da produção lançada em fabrico. Em 2017, foram obtidas 200 peças defeituosas, cuja recuperação não foi possível.

QUESTÃO 9 - Em 2017, não tendo sido viável a recuperação das peças defeituosas fabricadas pela Compauto, S.A. o CIPA (custo industrial da produção acabada) e os resultados acidentais foram respetivamente:

- a) 175.500 € e 4.545 €.
- b) 177.273 € e 2.727 €.
- c) 175.500 € e 2.700 €.
- d) 177.273 € e 4.545 €

ANALÍTICA	Tema: Produção Defeituosa			
Observações				
Defeitos Normais = $8000 \times 1\% = 80$				
Defeitos Anormais= $200 - 80 = 120$				
Custo Unitário de Produção= $180.000 / (80.000 - 80) = 22,727\text{€}$				
Resultados Acidentais= $22,727 \times (200 - 80) = 2.727\text{€}$				
Produção Acabada= $180.000 - 2727 = 177.273\text{€}$				
A resposta correta à pergunta deverá ser...	A	B	C	D
		X		

A Administração da Compauto, S.A. pondera vir a adotar o sistema de custeio racional. Numa breve troca de impressões o administrador perguntou à CC como deveriam ser tratados os gastos fabris, e está curioso em saber se os normativos contabilísticos permitem adotar o sistema de custeio racional.

QUESTÃO 10 - É verdade que:

- a) No sistema de custeio racional a capacidade normal das instalações de produção é a base usada na imputação dos gastos fabris de natureza fixa.
- b) No sistema de custeio racional os montantes das naturezas de gastos fabris diretos não são diretamente imputados aos custos de produção.
- c) O uso do sistema de custeio racional não é permitido pelo SNC.
- d) Nenhuma das anteriores.

ANALÍTICA	Tema: Custeio Racional			
Observações: NCRF 18 § 13				
No sistema de custeio racional, a sua característica única é que os gastos fabris de natureza fixa são imputados com base na capacidade normal das instalações da produção.				
A resposta correta à pergunta deverá ser...	A	B	C	D
	X			

A Compauto, S.A. é, como se viu já, uma empresa industrial.

QUESTÃO 11 - A mensuração dos produtos em vias de fabrico numa empresa industrial permite:

- a) Calcular diretamente o custo das vendas.
- b) Mensurar diretamente a produção defeituosa com carácter accidental.
- c) Calcular o saldo final da conta de Produção.
- d) Imputar os gastos não fabris à produção acabada.

ANALÍTICA	Tema: Produção em Vias de Fabrico			
Observações				
Quando existe produtos em vias de fabrico, existe um valor para mensura-los, o que permite calcular o saldo final da conta de produção. No entanto tal não permite calcular diretamente o custo de vendas (o que permite calcular é a conta de PA), assim como não permite mensurar a produção defeituosa com carácter accidental (pois tal é obtido a partir de uma % normal para produção defeituosa padrão), e também não permite imputar os Gastos não fabris (estes tipos de gastos não são imputados aos produtos acabados).				
A resposta correta à pergunta deverá ser...	A	B	C	D
			X	

Apesar das melhorias nos processos de fabrico da Compauto, S.A., continuam a acontecer, pontualmente, situações de defeito accidental de fabrico.

QUESTÃO 12 - Determinada componente de uma série de um produto fabricado pela Compauto, S.A. apresenta um defeito accidental de fabrico pelo que:

- a) O custo da recuperação do defeito deve ser sempre desprezível.
- b) A empresa deve calcular o custo do defeito e imputar o mesmo a uma rubrica de resultados accidentais.
- c) Deve subcontratar sempre a reparação do defeito a uma outra empresa.
- d) Todas as anteriores são verdadeiras.

ANALÍTICA	Tema: Produção Defeituosa			
Observações				
A resposta a) não faz sentido (o desprezível, custo de reparação) e a resposta c) também não, tendo em conta que os custos seriam ainda maiores, e por consequência a resposta d) está incorreta. Já a resposta b) contém aquilo que fazemos na contabilidade analítica, calcular o custo do defeito e regista-lo em Resultados Acidentais.				
A resposta correta à pergunta deverá ser...	A	B	C	D
		X		

No ano de 2017, o resultado após impostos da Compauto, S.A. ascendeu a 900.000 €. No início desse ano, o capital nominal desta sociedade era composto por 300.000 ações ordinárias e, em 1 de Julho de 2017, a sociedade emitiu mais 200.000 ações ordinárias. Além disso, existiam ainda 50.000 ações preferenciais, não havendo quaisquer outros elementos que pudessem ter efeitos de diluição no resultado por ação. Todos os anos têm sido pagos 2 € de dividendos por cada ação preferencial.

QUESTÃO 13 - De acordo com a informação disponível, o Resultado por ação básico e o resultado por ação diluído reportados em 2017 pela Compauto, S.A. devem ter sido, respetivamente:

- a) Resultado por ação básico: 2,00 € por ação; Resultado por ação diluído: 2,00 € por ação.
- b) Resultado por ação básico: 1,25 € por ação; Resultado por ação diluído: 2,00 € por ação.
- c) Resultado por ação básico: 2,00 € por ação; Resultado por ação diluído: 0,80 € por ação.
- d) Resultado por ação básico: 1,25 € por ação; Resultado por ação diluído: 0,80 € por ação.

FINANCEIRA	Tema: Resultados por Ação			
Observações				
1º Semestre= 300.000				
2º Semestre= 300.000+200.000= 500.000				
Nº médio de ações em circulação= (300.000+500.000)/2= 400.000				
Resultado por Ação básico = (900.000-(50.000x2))/400.000= 2€/ação				
No resultado por ação diluída como não houve mais efeitos diluídos, o resultado foi 2€/ação.				
A resposta correta à pergunta deverá ser...	A	B	C	D
	X			

A Compauto, S.A. tem no ativo três viaturas que adquiriu em 2017: uma viatura pesada de transporte de passageiros (que utiliza para transportar os trabalhadores, dada a deficiente rede de transportes públicos na zona onde se localiza a fábrica), adquirida em estado de uso e duas viaturas ligeiras de passageiros, estas adquiridas em estado novo. As depreciações destas três viaturas foram calculadas com base no método das quotas decrescentes, mas não foram aceites fiscalmente.

QUESTÃO 14 - Em 2017, a aceitação fiscal das depreciações das viaturas da Compauto, S.A. teria sido possível no caso de as viaturas desta empresa serem:

- a) Viaturas ligeiras de passageiros adquiridas em estado de uso.
- b) Viaturas ligeiras de passageiros adquiridas em estado novo.
- c) Viaturas pesadas de passageiros adquiridas em estado novo.
- d) Nenhuma das anteriores.

FISCALIDADE	Tema: IRC – Amortizações e Depreciações
Observações: Artigo 30º nº1 a) e b) e nº2 do IRC	
Segundo o artigo 30º nº2 do IRC, o método de depreciação pelas quotas decrescentes não podem ser usados para ativos adquiridos em estado de uso e para viaturas ligeiras de passageiros.	

Segundo um primeiro entendimento antes da saída da grelha o enunciado refere: “(...) teria sido possível no caso de as viaturas desta empresa serem”, ou seja, se existisse uma opção que dissesse que teria sido possível no caso de as viaturas (todas as 4) desta empresa serem viaturas de mercadorias, seria uma resposta correta.				
A resposta correta à pergunta deverá ser...	A	B	C	D
			X	

Um outro cliente da S. Pereira Lda. é a Brindoferta, Lda., empresa que se dedica à comercialização de brindes e artigos publicitários. São conhecidos os valores seguintes da contabilidade da Brindoferta, Lda., relativos ao período de reporte de 2017.

Existências iniciais.....250.000 €
 Descontos comerciais extra-factura obtidos20.000 €
 Devoluções de compras30.000 €
 Adiantamentos a fornecedores25.000 €
 Compras brutas de mercadorias500.000 €
 Descontos financeiros obtidos40.000 €
 Dívidas a fornecedores800.000 €
 Existências finais150.000 €

Questão 15 - Com base na informação disponível, o custo das mercadorias vendidas da Brindoferta, Lda. em 2017 deverá ter sido:

- a) 580.000 €.
- b) 550.000 €
- c) 570.000 €.
- d) 525.000 €.

FINANCEIRA	Tema: CMVMC - Inventário			
Observações				
CMVMC = EI + Compras +/- Regularizações – EF				
CMVMC = 250.000+500.000-20.000-30.000-150.000= 550.00€				
A resposta correta à pergunta deverá ser...	A	B	C	D
		x		

A Brindoferta, Lda. é uma sociedade por quotas cujos únicos sócios são dois irmãos, Alberto e Carlos. Infelizmente, no final de 2017, os médicos detetaram no Carlos uma doença incurável e galopante, pelo que a expectativa de vida dele é muito curta, meses apenas segundo os médicos que o acompanham. Carlos é solteiro e não tem filhos e, por isso, pretende fazer a doação da sua quota na Brindoferta, Lda. ao irmão Alberto, pelo respetivo valor nominal, o qual coincide com o capital realizado.

Questão 16 - A doação da quota na Brindoferta, Lda. que Carlos pretende fazer ao irmão Alberto em 2018 é uma operação que:

- a) Está sujeita e não isenta de imposto do selo.
- b) Não está sujeita a imposto do selo em qualquer circunstância.
- c) Embora sujeita a imposto do selo, está isenta deste imposto.
- d) Está sujeita a imposto do selo apenas se a sociedade detiver imóveis no ativo.

FISCALIDADE	Tema: IS – Regras Gerais de Incidência			
Observações: Artigo 1º nº3 b) IS e Verba 1.1 da Tabela do IS				
A resposta correta à pergunta deverá ser...	A	B	C	D
	X			

Os dois sócios da Brindoferta, Lda. efetuaram no início de 2017, logo em janeiro, suprimentos à sociedade, no montante de 50.000 € cada um. Ficou convencionado que esses suprimentos venceriam juros anualmente, à taxa Euribor+7,5%. Na demonstração dos resultados de 2017 da Brindoferta, Lda. figuram os juros desses suprimentos em que a sociedade incorreu e pagou aos sócios em 31 de dezembro de 2017.

Questão 17 - Ao preparar a Demonstração dos Resultados por Funções da Brindoferta, Lda. relativa a 2017, os juros de suprimentos pagos no ano aos sócios devem ter sido incluídos nos:

- a) Gastos administrativos.
- b) Gastos de financiamento.
- c) Gastos de distribuição.
- d) Gastos de produção.

Analítica	Tema: Classificação dos Gastos			
Observações				
A resposta correta à pergunta deverá ser...	A	B	C	D
		X		

Uma das questões suscitada pela doença de Carlos e consequente curta expectativa de vida prende-se com a aprovação das contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Todavia, o fecho das contas da Brindoferta, Lda. está dependente do fecho de contas prévio de uma empresa participada, na qual a Brindoferta, Lda. possui uma participação maioritária de 60 por cento no capital social.

QUESTÃO 18 - Sabendo-se que o exercício económico da Brindoferta, Lda. coincide com o ano civil:

- a) A Assembleia Geral Anual deverá realizar-se impreterivelmente até 31 de março de 2018.
- b) A Assembleia Geral Anual deverá realizar-se até 31 de maio de 2018.
- c) A Assembleia Geral Anual deverá realizar-se até 31 de maio de 2018, por ser esta a data limite para a entrega da Declaração Mod. 22 do IRC.
- d) A Assembleia Geral Anual deverá realizar-se até 15 de julho de 2018, dado ser esta a data limite para a entrega da IES - Declaração Anual de Informação Contabilística e Fiscal.

FINANCEIRA	Tema: Prestação de Contas nas Sociedades e Aplicação de Resultados			
Observações: Artigo 376º nº1 CSC				
A resposta correta à pergunta deverá ser...	A	B	C	D
		X		

Em relação a essa empresa na qual a Brindoferta, Lda. participa no capital social, coloca-se a hipótese de adquirir os restantes 40 por cento que ainda não detém. Trata-se de um investimento reduzido, pois aquela participada apenas fatura cerca de 100.000 euros/ano e o total do ativo em 31 de dezembro de 2017 não ultrapassava os 24.000 euros.

QUESTÃO 19 - Caso se concretize a aquisição pela Brindoferta, Lda. dos restantes 40 por cento do capital social da referida participada:

- a) A Brindoferta, Lda. estará legalmente obrigada a proceder à elaboração das contas consolidadas.
- b) A Brindoferta, Lda. não estará legalmente obrigada a proceder à elaboração das contas consolidadas, mas terá de as elaborar no caso de pretender ser abrangida pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades previsto no CIRC.
- c) A Brindoferta, Lda. não estará legalmente obrigada a proceder à elaboração das contas consolidadas.
- d) A Brindoferta, Lda. não estará legalmente obrigada a proceder à elaboração das contas consolidadas, desde que aplique o método da equivalência patrimonial na contabilização daquela participação.

FINANCEIRA	Tema: Consolidação de Demonstrações Financeiras			
Observações: Artigo 7º e Artigo 9ºB nº1 Decreto Lei nº158/2009				
A resposta correta à pergunta deverá ser...	A	B	C	D
			X	

Os dois filhos de Alberto, sócio-gerente da Brindoferta, Lda., são estudantes universitários. Para se deslocarem para a Universidade utilizam frequentemente uma viatura de propriedade da Brindoferta, Lda., suportando esta sociedade todas as despesas (combustível, seguro, manutenção) com essa viatura.

Manuela Mota, ao assumir a função de CC da Brindoferta, Lda. referiu a Alberto que não iria considerar as referidas despesas com a viatura, bem como o gasto de depreciação da mesma, na determinação do lucro tributável, dado que a viatura não se encontra afeta a uso da empresa.

Alberto discorda e não quer aceitar a posição da CC, alegando que essa é uma responsabilidade da gerência.

QUESTÃO 20 - Nesta situação, Manuela Mota, enquanto CC da Brindoferta, Lda. deve:

- a) Antes de proceder à contabilização de tais despesas, obter uma justificação por escrito que fará parte do dossier fiscal da empresa.
- b) Considerar válido o argumento de Alberto e aceitar a posição dele e consequentemente considerar as despesas com a manutenção e o gasto de depreciação na determinação do lucro tributável.
- c) Respeitar a posição de Alberto, mas exigir-lhe uma declaração de responsabilidade.
- d) Manter a sua posição porque, enquanto CC, deve assumir a responsabilidade pela regularidade técnica, nas áreas contabilística e fiscal.

MEP	Tema: Regularidade Técnica			
Observações: Artigo 10º nº1 b) EOCC				
A resposta correta à pergunta deverá ser...	A	B	C	D
				X

Manuela Mota, já em janeiro de 2018, teve de se deslocar, algumas vezes, ao serviço de finanças, por causa de uma divergência no IRS de Salomão Pereira, que também tem rendimentos de atividade empresarial, com contabilidade organizada, sendo Manuela a sua Contabilista Certificada.

QUESTÃO 21 - No cumprimento das suas funções de contabilista certificada, Manuela goza de atendimento preferencial:

- a) Nas estações de correio postal e perante os solicitadores.
- b) Nos serviços de registo e notariado.
- c) Nos serviços da autoridade tributária e aduaneira.
- d) Nas agências bancárias onde os clientes tenham conta aberta.

MEP	Tema: Atendimento Preferencial			
Observações: Artigo 69º nº4 EOCC				
A resposta correta à pergunta deverá ser...	A	B	C	D
			X	

Salomão Pereira, considerando que dois dos funcionários da Brindoferta, Lda. são Contabilistas Certificados, pondera solicitar à Ordem dos Contabilistas Certificados a suspensão voluntária da sua inscrição agora em 2018.

QUESTÃO 22 - Um membro cuja inscrição se mantenha suspensa:

- a) Continua a pagar as quotas, embora reduzidas a metade do valor.
- b) Deve renovar o pedido de suspensão de dois em dois anos, até requerer a reinscrição.
- c) Terá de submeter-se a exame, sempre que a suspensão se prolongue por mais de três anos.
- d) Mantém todos os direitos.

MEP	Tema: Cancelamento da Suspensão Voluntária			
Observações: Artigo 22º nº3 EOCC				
A resposta correta à pergunta deverá ser...	A	B	C	D
	X			

Uma outra questão que Salomão Pereira tem pendente, respeita à venda, em 2017, do imóvel que tinha herdado em 1986 e que utilizou como casa de férias até à data da venda. Salomão questionou Manuela acerca do enquadramento fiscal dessa venda.

QUESTÃO 23 - No âmbito do IRS de 2017, a mais valia realizada na venda do imóvel pelo Salomão:

- a) Constitui rendimento da categoria G.
- b) Enquadra-se na categoria B.
- c) Não é tributada em IRS, por estar sujeita a imposto do selo.
- d) Nenhuma das anteriores.

FISCALIDADE	Tema: IRS – Mais Valias			
Observações: Decreto Lei nº442-A/88, Artigo 5º nº1				
O Código do IRS entrou em vigor a 1 de Janeiro de 1989, e só ficam sujeitos ao IRS os bens adquiridos após esta data, como o bem foi adquirido em 1986, antes de entrar em vigor código de IRS não está sujeito ao IRS.				
A resposta correta à pergunta deverá ser...	A	B	C	D
				X

Manuela Mota, ao prestar esclarecimentos a Salvador, referiu que no cálculo da mais-valia apurada na venda de imóveis herdados de ascendentes em linha reta de primeiro grau e havendo sujeição a imposto, há que saber o que se considera valor de aquisição no âmbito do IRS.

QUESTÃO 24 - No cálculo da mais valia apurada na venda de um imóvel herdado e inscrito na matriz com valor patrimonial, considera-se valor de aquisição:

- a) Zero.
- b) O valor declarado na relação de bens, se for superior ao valor patrimonial tributário.
- c) O valor patrimonial tributário do imóvel determinado nos termos do Código do IMI com referência à data do óbito.
- d) O valor patrimonial tributário do imóvel dois anos antes da data do óbito.

FISCALIDADE	Tema: Rendimentos da Categoria G
Observações:	
O ganho obtido com a venda do imóvel é considerado um rendimento da Categoria G – Incrementos Patrimoniais (al. a), n.º 1, artigo 9.º do CIRS) – Mais-Valias (artigo 10.º CIRS), uma vez que se trata da alienação onerosa de bens imóveis (al. a), n.º 1 do artigo 10.º do CIRS), sendo que, o ganho a tributar é constituído pela diferença entre o valor de realização e o valor de aquisição, nos termos do artigo 10.º, n.º 4, al. a) do CIRS. De acordo com o artigo 45.º n.º 1 do CIRS, para determinar o valor de aquisição nos ganhos sujeitos a IRS de bens adquiridos a título gratuito (como é o nosso caso, já que se trata de herança), deve considerar-se: • O valor que tenha sido considerado de liquidação ao imposto de selo; • O valor que serviria de base à liquidação de imposto de selo, caso este fosse devido. De acordo com o CIS: Artigo 2.º - Incidência subjectiva 2 - Nas transmissões gratuitas, são sujeitos passivos do imposto as pessoas singulares para quem se transmitam os bens, sem prejuízo das seguintes regras:	

a) Nas sucessões por morte, o imposto é devido pela herança, representada pelo cabeça-de-casal, e pelos legatários; 3 - Para efeitos do n.º 1, considera-se titular do interesse económico: a) Nas transmissões por morte, a herança e os legatários e, nas restantes transmissões gratuitas, bem como no caso de aquisições onerosas, os adquirentes dos bens; Artigo 13.º - Valor tributável dos bens imóveis 1 - O valor dos imóveis é o valor patrimonial tributário constante da matriz nos termos do CIMI à data da transmissão, ou o determinado por avaliação nos casos de prédios omissos ou inscritos sem valor patrimonial. A data de transmissão = data do óbito. O artigo 45.º, n.º 3 do CIRS só se aplica no caso de doações, por isso a resposta d) é incorrecta.				
A resposta correta à pergunta deverá ser...	A	B	C	D
			X	

Já em 2018, Carlos, irmão de Alberto, e após ter efetuado a doação da sua quota da Brindoferta, Lda. ao seu irmão, faleceu.

Alberto tratou das despesas com o funeral do irmão, tendo procedido ao respetivo pagamento, utilizando para tal um cheque sacado sobre uma conta da Brindoferta, Lda.

QUESTÃO 25 - Na determinação do lucro tributável da Brindoferta, Lda. de 2018, a despesa com o funeral de Carlos:

- a) Não é aceite, porque Carlos já não era sócio da sociedade.
- b) Pode ser aceite, desde que a fatura tenha sido emitida em nome da Brindoferta, Lda e tenha todos os elementos referidos no artº 36º do CIVA.
- c) Não é aceite.
- d) É aceite desde que o valor da despesa não ultrapasse 8% do volume de negócios da sociedade em 2018.

FISCALIDADE	Tema: IRC/IVA			
Observações:				
Não é aceite porque Carlos já não é sócio da empresa.				
A resposta correta à pergunta deverá ser...	A	B	C	D
			X	

PARTE II – VERSÃO A

Questão 26 - Relativamente a um sujeito passivo que realiza exportações:

- a) Não pode deduzir o IVA suportado nas compras que faz com vista à realização dessas exportações.
- b) Estão isentas de IVA as aquisições que faz com vista à realização dessas exportações.
- c) Só pode deduzir o IVA suportado nas compras que faz com vista à realização dessas exportações se renunciar à isenção de IVA.
- d) Pode deduzir o IVA suportado nas compras que faz com vista à realização dessas exportações.

FISCALIDADE	Tema: IVA – Exportações			
Observações: Artigo 20º nº1 b) IVA				
A resposta correta à pergunta deverá ser...	A	B	C	D
				X

Questão 27 - São obrigatoriamente tributados no momento do pagamento ou da colocação à disposição:

- a) Os rendimentos prediais.
- b) Os rendimentos de capitais.
- c) As mais-valias.
- d) Os rendimentos dos trabalhadores independentes.

FISCALIDADE	Tema: IRS - Categorias			
Observações:				
A resposta correta à pergunta deverá ser...	A	B	C	D
	X			

Questão 28 - Um sujeito passivo de IRS apurou uma menos-valia fiscal na alienação de ações, não tendo apurado qualquer outra mais-valia fiscal no mesmo ano. Nesse caso:

- a) É obrigado a englobar essa menos-valia.
- b) Não pode optar por englobar essa menos-valia.
- c) Pode optar por englobar essa menos-valia, o que lhe permitirá deduzi-la a outros rendimentos apurados no mesmo ano.
- d) Pode optar por englobar essa menos-valia, o que lhe permitirá deduzi-la a eventuais mais-valias futuras.

FISCALIDADE	Tema: IRS – Mais Valias			
Observações: Artigo 55º nº 1 c) e Artigo 43º nº1 e 2 IRS				
A resposta correta à pergunta deverá ser...	A	B	C	D
				X

Questão 29 - A aquisição por um trabalhador de uma viatura pertencente ao ativo fixo tangível da empresa em que trabalha:

- a) Se for feita por valor superior ao valor de mercado da viatura, dá origem a uma menos-valia para o trabalhador.
- b) Se for feita por valor inferior ao valor de mercado da viatura, constitui um rendimento do trabalho.
- c) Se for feita por valor inferior ao valor de mercado da viatura, só é tributável se existir acordo escrito entre a empresa e o trabalhador a respeito da utilização pessoal da viatura.
- d) Se for feita por valor inferior ao valor de mercado da viatura, dá origem a uma mais-valia para o trabalhador.

FISCALIDADE	Tema: IRS – Categoria A			
Observações: Artigo 2º nº3 b) 10) IRS				
A resposta correta à pergunta deverá ser...	A	B	C	D
		X		

Questão 30 - O estabelecimento estável sito em território nacional de uma sociedade estrangeira:

- a) É tributado em IRC pelo rendimento correspondente à soma algébrica dos rendimentos das diversas categorias consideradas para efeitos de IRS.
- b) Não é tributado em IRC.
- c) É tributado em IRC pelo lucro apurado através do estabelecimento.
- d) É tributado em IRC em função dos acordos celebrados entre Portugal e o país a que respeite o estabelecimento, visando evitar a dupla tributação.

FISCALIDADE	Tema: IRC – Estabelecimento Estável			
Observações: Artigo 4º nº1 IRC				
A resposta correta à pergunta deverá ser...	A	B	C	D
			X	

Questão 31 - São coincidentes os critérios contabilístico e fiscal no domínio da periodização económica (ou especialização dos exercícios) no que se refere a:

- a) Aplicação do método da equivalência patrimonial.
- b) Quantificação de rendimentos e gastos relativos a débitos e créditos de longo prazo sem juros.
- c) Factos não expressamente tratados no Código do IRC.
- d) Aplicação do conceito de justo valor.

FISCALIDADE	Tema: periodização Económica			
Observações: Bases para a apresentação de demonstrações financeiras (BADF) 2.3				
A resposta correta à pergunta deverá ser...	A	B	C	D
			X	

Questão 32 - Uma viatura pertencente à Sociedade Ómega, S.A. sofreu um acidente, por despiste devido ao mau tempo. A reparação da viatura custou € 2 000,00, não cobertos por seguro, uma vez que este se limitava a danos provocados a terceiros. Sendo assim:

- a) Os danos são aceites para efeitos fiscais.
- b) Os danos não são aceites para efeitos fiscais, pois existe seguro contra todos os riscos e a Sociedade Ómega, S.A. optou por não o fazer.
- c) Os danos não são aceites para efeitos fiscais porque não são indispensáveis à obtenção de rendimentos sujeitos a imposto.
- d) Os danos só são aceites para efeitos fiscais se a reparação for registada no ativo fixo tangível.

FISCALIDADE	Tema: IRC – Encargos			
Observações: Artigo 23º nº2 a) IRC				
A resposta correta à pergunta deverá ser...	A	B	C	D
	X			

Questão 33 - Um determinado bem do ativo fixo tangível adquirido em 2016 está a ser depreciado pelo método das quotas decrescentes. Sabe-se que a taxa de depreciação que lhe corresponde nas tabelas anexas ao Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro, é de 20%. A mudança para quotas constantes inerente a esse método irá ocorrer em:

- a) 2018.
- b) 2019.
- c) 2020.
- d) Nenhuma das anteriores.

FISCALIDADE	Tema: Depreciações e Amortizações			
A resposta correta à pergunta deverá ser...	A	B	C	D
		X		

Questão 34 - Se uma empresa de serviços de contabilidade reparte os gastos gerais de fabrico através de uma base ou por quota teórica a contabilidade analítica:

- a) Tem os procedimentos de apuramento dos custos de produção bastante dificultados.
- b) No final de cada período contabilístico tem que comparar os custos/gastos imputados pela contabilidade Analítica com os gastos apurados pela contabilidade financeira.
- c) As diferenças encontradas na alínea anterior nunca são consideradas no apuramento dos resultados de cada período por serem imateriais.
- d) Todas as anteriores são verdadeiras.

ANALÍTICA	Tema: Gastos Gerais de Fabrico			
A resposta correta à pergunta deverá ser...	A	B	C	D
		X		

Questão 35 - Determinada empresa do ramo da metalomecânica lançou em fabrico no período N as ordens de produção n.ºs. 120, 121 e 122, tendo a primeira sido terminada no período. Do período anterior tinham transitado as ordens de produção n.ºs. 117 e 118 com os custos incorporados totalizaram 18.000€ e 21.000€ respetivamente, tendo a última sido terminada no período N. Durante o período N foram incorporados nestas duas encomendas custos de produção de 37.000€ e 16.000€, respetivamente. Sabendo que os custos de produção do período N das encomendas n.ºs. 120, 121 e 122 foram de 17.800,00€, 8.300,00€ e 18.000,00€, respetivamente, e que a faturação é emitida imediatamente após o terminus de cada ordem de produção com base no custo de produção acrescido de 40%:

- a) O custo da produção vendida de N totaliza 51.800€.
- b) O custo da produção em vias de fabrico final é de 83.100€.
- c) O resultado bruto é de 21.920€.
- d) Nenhuma das anteriores.

ANALÍTICA	Tema: Produção Terminada	
	Terminada 120 – 17.800€	
	121 – 8.300€	
	122 – 18.000€	
	117 – 18.000€	37.000€
	Terminada 118 – 21.000€	16.000€

No cálculo do custo industrial da produção vendida entra somente toda produção que terminada, enquanto que na produção em vias de fabrico entra somente a produção que não foi terminada. CIPV = 17.800+21.000+16.000= 54.800€ PVF= 8.300+18.000+18.000+37.000= 81.300€ Resultado Bruto= CIPV x 40% = 54.800 x 40% = 21.920€				
A resposta correta à pergunta deverá ser...	A	B	C	D
			X	

Questão 36 - A empresa Alfa tem uma capacidade instalada que permite produzir e vender 20.000 ton/período. A empresa produziu no período N 14.000 ton e vendeu no mesmo período 12.000 ton a 150,00€/ton. A empresa adota o sistema de custeio variável e teve um custo unitário de produção de 50,00€ e um custo comercial variável unitário de 4 por cento do preço de venda. Sabendo que a empresa teve custos/gastos fixos fabris e não fabris de natureza fixa de 635,40 milhares de euros e 516,10 milhares de euros, respetivamente, o ponto crítico das vendas é de:

- a) 12.520 toneladas.
- b) 12.100 toneladas.
- c) 12.250 toneladas.
- d) Nenhuma das anteriores.

ANALÍTICA	Tema: Ponto Crítico das Vendas			
Observações				
PV= 150€/ton Cv= 50+(150x4%)= 56€ CF= 635.400+516.100= 1.151.500€ R=Q x (PV-CV)-CF O=Q x (150-56) – 1.151.500 ⇔ O=Q x 94 – 1.151.500 ⇔Q= 1.151.500/94 ⇔Q= 12.250ton				
A resposta correta à pergunta deverá ser...	A	B	C	D
			X	

Questão 37 - A empresa Alfa tem uma fábrica em que dispõe de uma produção conjunta em que obteve os produtos principais A e B e o subproduto S. O produto B tem gastos de empacotamento de 75.000,00€. No período N a empresa teve custos conjuntos no montante de 684.000,00€ e uma produção de 4.000 ton de A, 5.000 ton de B e 400 ton de S. Sabendo que em N o preço de venda unitário do produto A é de 150 euros, do produto B é de 95,00€ e do subproduto S é de 22,50€ e que a empresa reparte os custos conjuntos proporcionalmente ao valor de venda relativo no ponto de separação e mensura o subproduto pelo critério do lucro nulo, o custo unitário de cada produto principal é:

- a) Produto A – 102,25€ e produto B – 70,00€.
- b) Produto A – 101,25€ e produto B – 69,00€.
- c) Produto A – 105,75€ e produto B - 68,00€.
- d) Nenhuma das anteriores.

ANALÍTICA	Tema: Produção Conjunta			
Observações				
A= 4.000x150= 600.000/1.000.000= 60%				
B= 5.000x95= 475.000-75.000= 400.000/1.000.000= 40%				
600.000+400.000= 1.000.000€				
Subproduto S= 400x22,50= 9.000€				
Custos Conjuntos= 684.000-9.000= 675.000€				
A= 675.000x60%= 405.000/4.000= 101,25€				
B= 675.000x40%= (270.000+75.000)/5.000= 69,00€				
A resposta correta à pergunta deverá ser...	A	B	C	D
		X		

Questão 38 - A empresa Gama dedica-se à execução de encomendas de metalomecânica colocadas por diversos clientes mediante orçamento previamente aprovado. Na fábrica utiliza diversas secções principais e as secções auxiliares ou de apoio X e Y. Em certo período a secção X teve de custos/gastos diretos 18.000€ e trabalhou 200 unidades de obra das quais 25 foram aplicadas na secção Y. Esta última teve de custos/gastos diretos 47.000€ euros e trabalhou 500 unidades de obra das quais 60 foram aplicadas pela secção X. No período, os custos unitários de X e Y foram respetivamente:

- a) 110€ e 105€.
- b) 120€ e 100€.
- c) 115€ e 95€.
- d) Nenhuma das anteriores.

ANALÍTICA	Tema: Sistemas de Custeio			
Observações				
$200x = 18.000 + 60y \Leftrightarrow 200x = 18.000 + 60(94 + 0.05x) \Leftrightarrow 200x = 18.000 + 5.640 + 3x \Leftrightarrow 200x - 3x = 23.640 \Leftrightarrow x = 23.640 / 197 \Leftrightarrow x = 120$				
$500y = 47.000 + 25x \Leftrightarrow y = 47.000 + 25x / 500 \Leftrightarrow y = 94 + 0,05x \Leftrightarrow y = 94 + 0.05(120) \Leftrightarrow y = 100$				
A resposta correta à pergunta deverá ser...	A	B	C	D
		X		

Questão 39 - Certa empresa industrial transforma no Departamento fabril X diversas matérias e materiais diretos antes de darem origem ao produto Beta que segue para armazém de produtos acabados. Em certo período o Departamento X produziu 1.500 unidades do produto Beta que deram entrada em armazém e no final do período ficara por terminar neste Departamento 20 unidades de Beta a que faltavam apenas incorporar 40% dos gastos de conversão para serem dadas por terminadas. No mesmo período o Departamento X consumiu matérias e materiais diretos no montante de 97.280€ e teve gastos de conversão de 109.620€. Não havia saldos iniciais de produção em vias de fabrico. O saldo no final do período da conta de Produtos e trabalhos em curso foi de:

- a) 1.850€
- b) 2.150€.
- c) 1.980€.
- d) Nenhuma das anteriores.

ANALÍTICA	Tema: Produção em Vias de Fabrico			
Observações				
PA = 1.500 unidades				
PVFf MP -= 1500 + (20 x40%) = 1500+8= 1.508				
PVFf GC = 1.500 + (20x60) = 1.500+12 = 1.512				
MP = 97.280/1.508= 64				
GC= 109.620/1.512= 72,5				
PVFf= (20x64)+(12x72,5)= 2.150€				
A resposta correta à pergunta deverá ser...	A	B	C	D
		X		

Questão 40 - O Contabilista Certificado de uma dada Sociedade, ao comentar o último balanço aprovado, considerava que o ativo e o capital próprio se encontravam sobreavaliados. Qual das situações a seguir descritas poderá justificar esse comentário:

- a) Imparidade em dívidas de clientes por reconhecer.
- b) Imputação de adiantamento recebido da sociedade de factoring nas respetivas contas correntes de clientes.
- c) Aprovação de dividendos em Assembleia Geral.
- d) Não constituição/reforço de reservas obrigatórias.

FINANCEIRA	Tema: Balanço				
A resposta correta à pergunta deverá ser...		A	B	C	D
		X			

Questão 41 - Em 31 de dezembro de 2016 a DDT, SA detinha uma participação de 75.000 euros (40%) no capital da empresa ABC, LDA, que estava registada pelo método da equivalência patrimonial por 82.000 euros. O capital próprio desta associada era de 200.000 € em 2016 e em 2017 ascendia a 362.500 €.

Em 2017 esta participada registou resultados positivos no montante de 25.000 €, não se tendo registado até à presente data qualquer transação comercial com a detentora do capital.

Nas contas de 2017 efetuou-se correção de erro contabilístico reportado a 2015, de que resultou aumento dos resultados transitados no valor de 150.000 €. Em 2017 a ABC, LDA efetuou a distribuição de resultados do ano anterior, correspondente a 50% do resultado de 25.000 € apurado em 2016. Admitindo não haver necessidade de proceder à harmonização de políticas contabilísticas, o valor escriturado da participação nas contas da DDT, SA em 31/12/2017 é de:

- a) 147.000 €.
- b) 150.000 €.
- c) 140.000 €.
- d) Nenhuma das anteriores.

FINANCEIRA	Tema: Investimentos Financeiros							
Observações								
25.000+150.000-(25.000x0,50)= 162.500€								
162.500x40%= 65.000€								
82.000+65.000=147.000€								
A resposta correta à pergunta deverá ser...					A	B	C	D
					X			

Questão 42 - A Sociedade ALFA, Lda, foi constituída no ano N e encontra-se registada na Conservatória do registo Comercial. Tem um capital social de 400.000 euros, repartido por três quotas: duas de 30% e uma de 40%. As duas quotas de 30% (sócios A e B) foram integralmente realizadas em dinheiro na data em que foram subscritas. A quota de 40% (sócio C) foi realizada de forma imediata em 50%, mediante entrada em espécie, objeto de relatório independente específico emitido por ROC. A realização dos restantes 80.000 euros de capital subscrito relativos a esta quota foi diferida para o próximo ano. A empresa, porém, defrontou-se rapidamente com graves dificuldades financeiras e mostrou-se, ainda em N, incapaz de cumprir com obrigações que se foram vencendo. Perante esta situação, os fornecedores, cuja dívida acumulada é de 50.000 euros conforme balanço do ano N, podem exigir judicialmente a realização do capital em falta para cobrança das suas dívidas. Se tal acontecer cada um dos sócios será responsável pelo pagamento de:

- a) A = 15.000 €; B = 15.000 €; C = 20.000 €.
- b) A = 0 €; B = 0 €; C = 50.000 €.
- c) Qualquer sócio pode ser chamado a realizar os 80.000 € de capital em falta.
- d) Nenhuma das anteriores.

FINANCEIRA	Tema:			
Observações				
Os sócios são solidariamente responsáveis entre si pela regularização do capital social.				
A resposta correta à pergunta deverá ser...	A	B	C	D
			X	

Questão 43 - Na data de relato, a empresa TTT, S.A. continuava, como habitualmente, a apresentar resultados positivos e mantinha no seu armazém diversas matérias primas, sem possibilidade de serem transacionadas no mercado. No ano final do ano de 2017, no que respeita às referidas matérias-primas, a Administração decidiu considerar muito remota a probabilidade de ainda virem a ser consumidas e atribuiu àqueles inventários, ainda que não tenha qualquer prova sobre o valor realizável líquido, um valor de 9.000 €. Sabendo que a taxa de IRC em vigor é de 21%, ter-se-ão efetuado os registos contabilísticos seguintes:

- a) Débito da 652 – Perdas por imparidade – Em inventários / Crédito da 339 – Perdas por imparidade acumuladas por 9.000 €; e Débito da 2741 – Ativos por impostos diferidos / Crédito da 8122 – Imposto s/ rendimento – Imposto diferido por 1.890,00 €.
- b) Débito da 652 – Perdas por imparidade – Em inventários / Crédito da 339 – Perdas por imparidade acumuladas por 9.000 €; e Débito da 8122 – Imposto s/ rendimento – Imposto diferido / Crédito da 2741 – Ativos por impostos diferidos por 1.890,00 €.

- c) Débito da 652 – Perdas por imparidade – Em inventários / Crédito da 339 – Perdas por imparidade acumuladas por 9.000 €.
- d) Nenhuma das anteriores.

FINANCEIRA	Tema: Perdas por Imparidade em Inventários				
Observações					
Como não obtivemos qualquer prova do valor realizável líquido e de acordo com o artigo 28º do IRC as perdas por imparidade em inventários são aceites fiscalmente, logo temos uma diferença temporal entre a contabilidade e fiscalidade originando assim impostos diferidos. 9.000 x 21% = 1.890€ Se tivéssemos obtido prova do valor realizável líquido e de acordo com o artigo 28º do IRC as perdas por imparidade em inventários são aceites fiscalmente, mas nesta situação já não teríamos uma diferença temporal entre a contabilidade e fiscalidade, no qual não origina assim impostos diferidos, e aqui a resposta correta seria a C).					
A resposta correta à pergunta deverá ser...		A	B	C	D
		X			

Questão 44 - Com base na seguinte lista de pagamentos e recebimentos da empresa B, relativos ao período N:

- Pagamento a fornecedores de matéria-primas15.000 €
- Obtenção de empréstimo bancário4.500 €
- Pagamento de IRC1.200 €
- Pagamento do valor de aquisição de um equipamento fabril3.000 €
- Cobrança de dívidas de clientes38.000 €
- Pagamento de juros de empréstimo bancário500 €
- Reembolso de empréstimo bancário2.500 €
- Pagamento de salários8.200 €
- Recebimento de alienação de máquina fabril500 €

Na demonstração dos fluxos de caixa da empresa B, desse período N:

- a) O total dos fluxos das atividades operacionais é 13.600 € e o total dos fluxos das atividades de investimento é 2.500 €.
- b) O total dos fluxos das atividades operacionais é 12.400 € e o total dos fluxos das atividades de investimento é (2.500 €).
- c) O total dos fluxos das atividades operacionais é 13.600 € e o total dos fluxos das atividades de financiamento é 7.500 €.
- d) Nenhuma das anteriores.

FINANCEIRA	Tema: Demonstração de Fluxos de Caixa			
Observações				
FAO = 38.000-15.000-1.200-8.200= 13.600€				
FAI = 500+(3.000) = (2.500)				
FAF = 4.500+(500+2.500)= 1.500				
A resposta correta à pergunta deverá ser...	A	B	C	D
				X

Questão 45 - Para preparação da reconciliação bancária do Banco BXP no mês de junho de NN, a Sociedade A dispunha da seguinte informação:

Saldo escriturado em 30/06/NN.....48.125 €

Cheques pendentes em 30/06/NN.....31.767 €

Transferência bancária relativa a reembolso de IVA.....12.000 €

Juros credores de D.P.....1.200 €

Débito incorretamente efetuado pelo Banco.....730 €

O saldo que constava do extrato bancário na data de 30/06/NN deveria ser de:

- a) 28.828 €.
- b) 68.362 €.
- c) 92.362 €.
- d) Nenhuma das anteriores.

FINANCEIRA	Tema: Reconciliação Bancária				
48.125+31.767+12.000+1.200-730 = 92.362€					
A resposta correta à pergunta deverá ser...		A	B	C	D
				X	

Questão 46 - Uma empresa celebrou um contrato para a prestação de serviços no montante de 500.000 €. O custo para a realização do contrato foi estimado em 400.000 €, tendo sido revisto no final do segundo ano para 420.000 €.

O prazo previsto para a execução do contrato é de três anos e a faturação será emitida: 30 % no primeiro ano, 30 % no segundo ano e 40 % com a conclusão da obra.

Dados do contrato ao longo do período de execução:

(em euros)	Ano 1	Ano 2	Ano 3
Custos incorridos	100.000	173.000	147.000
Faturação	150.000	150.000	200.000

No final do ano 2, a aplicação do método da percentagem do acabamento determinaria o registo contabilístico:

- a) Débito 282 – Rendimentos a reconhecer por 25.000 € e
Débito 2721 – Devedores por acréscimos de rendimentos: 25.000 €/
Crédito subconta de 72 –Prestações de serviços: 50.000 €.
- b) Débito 2721 – Devedores por acréscimos de rendimentos: 25.000 €/
Crédito subconta de 72 –Prestações de serviços: 25.000 €.
- c) Débito 282 – Rendimentos a reconhecer por 25.000 € e
Débito 2721 – Devedores por acréscimos de rendimentos: 41.250 €/
Crédito subconta de 72 – Prestações de serviços: 66.250 €.
- d) Nenhuma das anteriores.

FINANCEIRA	Tema: Contratos de Construção						
Observações:							
Ano 1 = $100.000/400.000 = 25\%$ $500.000 \times 25\% = 125.000\text{€}$ Ano 2 = $(100.000+173.000)/420.000 = 65\%$ $500.000 \times 65\% = 325.000\text{€}$ $150.000 - 125.000 = 25.000$ (Débito 2721) $325.000 - (150.000+150.000)= 25.000$ (Débito 282) $150.000-100.000 = 50.000$ (Crédito 72)							
A resposta correta à pergunta deverá ser...				A	B	C	D
				X			

Questão 47 - A violação do dever de segredo profissional é punida com a pena de:

- a) Advertência.
- b) Multa.
- c) Suspensão.
- d) Expulsão.

MEP	Tema: Segredo Profissional			
Observações: Artigo 89º nº4 b) EOCC				
A resposta correta à pergunta deverá ser...	A	B	C	D
			X	

Questão 48 - O dever de lealdade entre contabilistas certificados é aplicável:

- a) Sempre que existam honorários em dívida.
- b) Quando o contrato de prestação de serviços é denunciado antes do respetivo prazo de duração, de forma a garantir o pagamento dos honorários em dívida.
- c) Quando o contabilista certificado substitui outro contabilista certificado no exercício das suas funções ou lhe seja solicitado que se pronuncie sobre o trabalho do colega.
- d) Sempre que existem salários em atraso.

MEP	Tema: Lealdade entre Contabilistas Certificados			
Observações: Artigo 16º nº 2 e 6 CDOCC				
A resposta correta à pergunta deverá ser...	A	B	C	D
			X	

Questão 49 - Nas sociedades profissionais de contabilistas, o órgão de gestão deve ser integrado:

- a) Exclusivamente por contabilistas certificados.
- b) Em pelo menos 75 por cento por contabilistas certificados.
- c) Por contabilistas certificados ou terceiros.
- d) Em pelo menos 51 por cento por contabilistas certificados.

MEP	Tema: Órgão de Gestão das Sociedades Profissionais de Contabilistas			
Observações: Artigo 116º nº2 EOCC				
A resposta correta à pergunta deverá ser...	A	B	C	D
				X

Questão 50 - Mário é presidente do Conselho Fiscal de várias sociedades. Poderá exercer as funções de contabilista?

- a) Está-lhe apenas vedado o exercício da profissão de contabilista nas sociedades onde é presidente do conselho fiscal.
- b) Sim, desde que autorizado pela assembleia geral das sociedades.
- c) Sim, não há qualquer incompatibilidade.
- d) Não, porque existe incompatibilidade entre as duas funções/cargos.

MEP	Tema: Incompatibilidades			
Observações: Norma Interpretativa nº1 do Código Deontológico				
A resposta correta à pergunta deverá ser...	A	B	C	D
	X			